

## ESCÂNDALO SUDAM

# Um liquidante suspeito

Sant'Clair Versiani está sendo investigado pela PF por denúncias de desvio de verba da Funai

**HUGO MARQUES**  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

**BRASÍLIA** – A liquidação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) – órgão que abrigou uma quadrilha de fraudadores responsável pelo desvio de mais de R\$ 2 bilhões dos cofres públicos – vem sendo conduzida, há seis meses, por um dos principais envolvidos em denúncia de desvio de dinheiro na Fundação Nacional do Índio (Funai).

A nomeação do ex-chefe do Departamento de Planejamento da Funai, Sant'Clair Pitangui

Versiani, como liquidante da Sudam, feita durante a campanha eleitoral, aparentemente passou despercebida pelo crivo do Palácio do Planalto.

Versiani é apontado em duas sindicâncias internas da Funai e em investigação da Polícia Federal (PF) como um dos envolvidos em denúncia de fraudes com convênios de repasse de recursos do órgão. Os dois processos administrativos em andamento na Funai também apontaram irregularidades.

Os convênios considerados irregulares pela comissão de sindicância foram firmados pela Funai em dezembro de 1998.

Um deles foi assinado com a Fundação Teotônio Vilela, de Alagoas, e outro, com a Fundação de Apoio à Universidade do Rio de Janeiro, a Pro- Uni-Rio.

Versiani foi designado para liquidar a Sudam pelo ex-ministro da Integração Nacional Luciano Barbosa. Este, por sua vez, havia sido apadrinhado pelos senadores Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) – presidente da Fundação que leva o nome de seu pai e que esteve envolvida em desvios de R\$ 4,5 milhões do Fun-

do de Amparo ao Trabalhador (FAT) – e Renan Calheiros (PMDB-AL) – ministro da Justiça quando os convênios foram celebrados e braço direito do ex-senador Jader Barbalho (PMDB-PA), um dos principais envolvidos nos desvios da Sudam.

Além de custear a terceirização não autorizada para outras empresas, os convênios celebrados pela Funai pagaram até contas de jardineiros, quando o objeto dos contratos era a modernização da área de informática. A Funai conse-

guiu suspender os pagamentos dos convênios. Mesmo assim, restou prejuízo de R\$ 340 mil.

As sindicâncias concluíram que os convênios foram “irregulares” e eram “provavelmente a fórmula encontrada para desvio de dinheiro público”. A comissão solicitou instauração de inquérito policial na PF e a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de autoridades, inclusive de Sant'Clair Pitangui Versiani e do ex-presidente da Funai, Sullivan Silvestre, morto em 1999.

[hugoma@jb.com.br](mailto:hugoma@jb.com.br)

**Convênios considerados irregulares foram firmados em 1998**

INSTITUTO

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: JPB / O País / Notícias

Data: 22/1/2003

Class: 101.9410.007

11/1/2003

## Versiani não vê impedimento ético

“Jamais ficaria no cargo sob suspeição”

BRASÍLIA – O liquidante da Sudam, Sant’Clair Pitanguí Versiani, não vê impedimento ético para conduzir a massa falida do órgão, mesmo sendo apontado como um dos principais envolvidos em desvios de recursos na Funai.

– Eu era mero descentralizador de recursos na Funai, como diretor do departamento. Se não paguei, não posso ser envolvido com desvio de recursos – pondera.

Versiani diz ter informado à Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional que estava sob investigação na Funai. Mas não mencionou que a investigação já chegara à Polícia Federal.

– Estou alheio a tudo isso e não existe investigação na Polícia Federal. E eu jamais ficaria em um cargo sob suspeição – garantiu.

O advogado do liquidante, Celso Lemos, confirmou que a Funai enviou documentos à PF para análise do Instituto Nacional de Criminalística. Para ele, os dois convênios firmados são mesmo irregulares, mas seu cliente não é o

responsável.

– Não há a menor dúvida de que houve irregularidades em ambos os convênios, mas o Sant’Clair não os celebrou – assegura.

Ontem, Versiani informou ter agendado audiência com o corregedor-Geral da União, ministro Waldir Pires, para pedir acompanhamento das investigações na Funai.

Em depoimento prestado à comissão de sindicância, o programador Paulo Marcos Vasconcelos diz que Versiani o procurou e informou que estava em uma negociação. Seria com a Fundação Teotônio

Vilela, para celebração de um convênio visando a elaboração do Plano Diretor de Informática (PDI) da Funai.

Vasconcelos diz ter retrucado, ponderando a Versiani que o Departamento de Informática tinha capacidade para elaborar o PDI da Funai. Segundo Vasconcelos, Versiani disse então que o presidente da Funai, Sullivan Silvestre, “estava sofrendo pressões do Ministério da Justiça para que o convênio fosse celebrado”.

**Liquidante diz ter informado ministério sobre investigação**

## Sindicância apontou dois envolvidos

Prejuízo na Funai seria de R\$ 340 mil

BRASÍLIA – A Polícia Federal instaurou o inquérito número 04423, dia 6 de novembro do ano passado, para investigar as supostas fraudes na Funai. O inquérito é presidido pelo delegado Wenderson Braz Gomes, que chamou os responsáveis pelas sindicâncias e processos administrativos para depoimentos. O primeiro a ser ouvido foi o responsável por um dos processos, Sebastião Aparecido Fernandes.

Segundo ele, os envolvidos com as irregularidades são Sant’Clair Pitanguí Versiani e o programador de computadores da administração central da Funai Paulo Marcos Vasconcelos. Na fase da sindicância, Fernandes enquadrrou Versiani e Vasconcelos no crime de improbidade administrativa, mas observou no depoimento que o processo administrativo está em andamento e não poderia precisar a culpa de cada um dos envolvidos.

Procurado pelo Jornal do Brasil, Fernandes explicou

que aguarda parecer técnico de perícia do Instituto Nacional de Criminalística para fechar o processo, aberto há mais de um ano. Para Fernandes, enquanto estivesse sob suspeita, Versiani não deveria conduzir a massa falida da Sudam.

– Ele não poderia ser indicado. O ideal é que esperassem apurar tudo – criticou Fernandes.

**Responsável por um dos processos diz que indicação é irregular**

Em outro depoimento, o presidente da comissão de sindicância, Marco Antônio Xavier Levay, disse que existem fortes indícios de fraudes e responsabiliza Versiani e Vasconcelos. Segundo

Levay, a Funai ficou com o prejuízo de R\$ 340 mil “pela atitude incorreta praticada pelos envolvidos”.

O próximo passo da Polícia Federal é ouvir Versiani. Segundo fontes da PF, ele deverá ter o sigilo quebrado e poderá ser indiciado por crimes de uso de documento falso para comprovar os pagamentos e emprego irregular de verbas públicas.